



Órgão Oficial da
Associação dos
Magistrados da
Justiça do Trabalho
da 2ª Região
Julho/Agosto • 2008
Ano IX • nº 71



Institucional

Novo comando na Justiça do Trabalho



TRT-SP



Desembargador Decio Daidone vence eleições e é o novo Presidente do TRT-SP **08**

AMATRA-SP



Solenidade de posse da Diretoria da AMATRA-SP reúne autoridades **06**



AMATRA-SP

Associação dos Magistrados da
Justiça do Trabalho da 2ª Região
Av. Marquês de São Vicente nº 235,
bloco B, 10º andar, São Paulo, SP,
CEP 01139.001

Tels. (11) 3392.4727 / 4997.4996

www.amatra2.org.br
comunicacao@amatra2.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Sonia Maria Lacerda

Vice-presidente

Thiago Melosi Sória

Diretora Secretária

Libia da Graça Pires

Diretor Financeiro

Roni Genicolo Garcia

Diretora Social

Liane Casarin

Diretora de Benefícios

Maria Cristina C. Trentini

Diretor Cultural

Gézio Duarte Medrado

COMISSÃO DISCIPLINAR E
DE PRERROGATIVAS

Titulares

Luis Carlos Gomes Godoi

Ricardo de Queiróz Telles Bellio

Lígia do Carmo Motta

Suplentes

José Bruno Wagner Filho

Jucirema M. Godinho Gonçalves

Antonio Pimenta Gonçalves

CONSELHO FISCAL

Titulares

Rogério Moreno de Oliveira

Luís Paulo Pasotti Valente

Rubens Tavares Aidar

Suplentes

Maria Aparecida Norce Furtado

Mauro Schiavi

Elza Maria Leite Romeu Basile

MAGISTRATURA & TRABALHO

Órgão Oficial da Associação dos
Magistrados da Justiça do Trabalho
da 2ª Região

Edição, projeto gráfico, fotos e
diagramação

AyresPP Comunicação e Marketing
Estratégico - Tel. (19) 3232.6823

Redação

Cristiane Sommer

Jornalista responsável

Adriana Brunelli (MTB 33.183)

Revisão

Daniel Souza Luz

Coordenação Geral

Luciano Ayres

Fotos e textos complementares
Entrelinhas

Trabalho

Os grandes desafios da
Justiça do Trabalho

O primeiro semestre de 2008 trouxe inúmeros obstáculos para a Magistratura, Judiciário e Justiça do Trabalho.

Com esforço e dedicação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região, de diversas entidades e da sociedade civil organizada, muitas conquistas foram obtidas nos primeiros seis meses.

Importante discorrer neste espaço sobre algumas dessas vitórias importantes, refletir sobre alguns pontos que se apresentarão num futuro próximo e detalhar algumas ações que estão sendo implementadas e outras que serão colocadas em prática pela AMATRA-SP durante o biênio 2008/2010.

É salutar o debate de idéias entre todos, ainda que as posições não sejam absolutamente coincidentes. Aliás, as divergências são importantíssimas para a evolução e serão objeto de ponderação e reflexão. Por isso, todos os associados da AMATRA-SP - sem nenhuma exceção - terão voz e vez. Porque os rumos adotados por

(...) o diálogo e a união são imperativos que se fazem necessários à superação de adversidades e para tornarmos ainda mais valorizada a atividade jurisdicional laboral

nossa gestão à frente de nossa entidade definirão o perfil de nossa Justiça do Trabalho. Assim, o diálogo e a união são imperativos que se fazem necessários à superação de adversidades e para tornarmos ainda mais valorizada a atividade jurisdicional laboral.

Nesse sentido, o fomento à comunicação é premissa essencial para obtermos os resultados almejados. Investimos energia e trabalho para

dotar de maior eficiência os canais de comunicação existentes e criaremos outras ferramentas.

E a primeira das alterações ocorre em nosso prestigiado e tradicional **Magistratura & Trabalho**, que ganhou novos projetos gráfico e editorial - com o objetivo de fomentar o debate e o diálogo entre os Magistrados do Trabalho da 2ª Região.

Com um misto de orgulho e responsabilidade, pude verificar o respeito e a credibilidade que nosso jornal angaria nas outras regiões da Justiça do Trabalho.

O trabalho de reformulação foi iniciado na cobertura das eleições para o TRT-SP, quando lançamos uma edição especial que divulgou as propostas, o perfil e uma breve entrevista com cada um dos candidatos, seguindo parâmetros técnicos e objetivos.

Sobre o importante pleito, acompanhamos a sessão do Tribunal Pleno que elegeu o

Desembargador *Decio Sebastião Daidone* como Presidente do Tribunal Regional do Trabalho e os demais integrantes da nova Cúpula da Justiça do Trabalho. A eleição será melhor detalhada em matéria neste jornal.

Ainda nesta edição, o leitor acompanhará a atuação institucional da AMATRA-SP em diversas questões, em especial, na criação dos 30 novos cargos de Desembargadores do TRT-SP, que contou com obstinado trabalho de nossa Diretoria, do Presidente do nosso Tribunal, Des. *Antonio José Teixeira de Carvalho*, e de diversas personalidades.

Quando foi preciso defender a Magistratura, a nossa Diretoria não titubeou. Podemos citar, como exemplo, a pronta resposta aos lamentáveis ataques experimentados pelo Magistrado *Fausto de Sanctis*, Juiz Federal de São Paulo, no curso da ação deflagrada pela Polícia Federal denominada de Satiagraha e que alcançou figuras de forte poder econômico e grande projeção política.

No episódio, a AMATRA-SP agiu com energia e com responsabilidade. Postamo-nos, de maneira absolutamente irredutível, na defesa das prerrogativas do Magistrado, lançando Nota Pública, divulgada à imprensa especializada.

A AMATRA-SP, consciente de sua posição de vanguarda no cenário político-institucional, atuou e atuará em temas importantes como na luta pela erradicação do trabalho escravo e contra a "PEC dos 75 anos".

Nesse contexto, os contatos com entidades representativas são de vital importância. Aproximamo-nos da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) em ações conjuntas de interesse dos nossos associados.

Abrimos também espaço para ações sociais e o Projeto AMOR será um importante veículo de transformação da realidade de pessoas carentes.

Há, como visto, grandes desafios em nosso caminho. E, encerrados os Jogos Olímpicos de Pequim, socorremo-nos dos ensinamentos do sábio Confúcio: "Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha".

Boa leitura!



Conquista

CNJ é favorável à criação de novos cargos no TRT de SP

Dia 29 de julho de 2008 se tornou importante data para a Justiça Trabalhista de São Paulo, afinal nesse dia o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por votação unânime, parecer favorável à criação de novos cargos no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e com isso criou a expectativa de suprir enormes carências aos jurisdicionados paulistas.

A proposta aprovada pelo CNJ contempla a criação de 30 novos cargos de juízes do trabalho, 600 analistas, 280 técnicos judiciários, 90 cargos em comissão e 202 cargos comissionados.

Para a Presidente da AMATRA-SP, Sonia Lacerda, a decisão dos Conselheiros mostra que a luta pela valorização da Justiça do Trabalho está no caminho certo. Ela afirmou que “a proposta, que contou com expressiva participação da Magistratura do Trabalho, de advogados, de membros do MP e de várias entidades, tem como objetivo melhorar os serviços prestados pela Justiça do Trabalho. Lutamos muito e nos mobilizaremos ainda mais. Afinal, essa é uma causa que transcende os limites do Judiciário”.

A exigência de parecer de mé-

rito do CNJ é imposta pela Lei nº 11.514/2007, que preconiza a necessidade de análise daquele órgão para medidas provisórias e projetos de lei relativos a aumento de despesas no Judiciário oriundo de incremento de gastos com pessoal e encargos sociais.

TRT-SP: o Tribunal que mais recebe processos

Um dos fatores que seguramente influenciou a decisão dos conselheiros foi o fato de o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ser o que mais recebeu processos nos últimos cinco anos, segundo dados do relatório “Justiça em Números - 2006”, editado pelo próprio CNJ.

Dado importante detalhado pelo documento é o elevado índice de casos novos por Magistrado no TRT da 2ª Região (1.632 casos novos por Magistrado), número muito superior ao da média nacional (1.193 casos novos). Ou seja, quase 40% superior.

O anteprojeto ainda foi analisado em relação ao impacto sobre o Orçamento. E uma vez mais o CNJ atestou a qualidade da proposta, lembrando que a criação dos cargos está adequada aos limites legais.

Trabalho árduo: bons resultados!

A AMATRA-SP encampou a luta pela aprovação do anteprojeto que cria novos cargos no TRT-SP porque entende que é absolutamente indispensável oferecer à população de São Paulo prestação jurisdicional mais ágil.

E o sucesso da tarefa exige preparo e grande mobilização, afinal há diversas outras demandas que são absolutamente justas e necessárias.

O anteprojeto de criação dos novos cargos - conduzido pelo Desembargador Antonio José Teixeira de Carvalho, então Presidente do TRT-SP - é extremamente técnico e adequado ao ordenamento jurídico. E mais. Alicerçado em números e dados que demonstram a importância e premência dos pleitos solicitados, conforme atesta parecer unânime do CNJ.

Conscientes, porém, dos obstáculos existentes, os Diretores da AMATRA-SP, capitaneados pela presidente Sonia Lacerda, atuaram para agregar grande número de Magistrados, entidades representativas, como a Associação Nacional dos Magistrados do Tra-

balho (Anamatra), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção São Paulo (OAB-SP), Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AAT-SP) e diversas personalidades.

Cronologia

Conheça a cronologia dos trabalhos empreendidos para alcançar a expressiva vitória:

06 de maio: reunião no TRT-SP

Reuniam-se na sede do TRT-SP o Presidente do TRT-SP, Des. Antonio José Teixeira de Carvalho; a Presidente da AMATRA-SP, Juíza Sonia Lacerda; o ex-Presidente da AMATRA-SP, Gabriel Lopes Coutinho Filho; o Secretário-Geral da OAB-SP, Arnor Gomes da Silva; pela AASP: o Presidente Márcio Kayatt, o Diretor Roberto Parahyba e o Conselheiro Luís Carlos Moro; e o Tesoureiro da AAT-SP, Ricardo Ammirati.

Na ocasião, o Presidente do TRT-SP explanou sobre a imperiosa necessidade de aprovação ao anteprojeto de criação de cargos.



MAIO
06



MAIO
09



MAIO
09



MAIO MAIO
12 13

“Lutamos muito e nos mobilizaremos ainda mais. Afinal, essa é uma causa que transcende os limites do Judiciário”

A Presidente da AMATRA-SP frisou que, além deste projeto, é preciso especial atenção à criação dos novos 141 cargos de Juiz substitutos e a ampliação dos quadros de servidores.

09 de maio: manifesto no Fórum Rui Barbosa

Buscando empreender ainda mais força ao anteprojeto, a Presidente da AMATRA-SP e as Diretoras Liane Casarin e Fátima Zanetti comandaram mobilização na praça do Fórum Ruy Barbosa. Na oportunidade, advogados, funcionários e jurisdicionados foram

(...) é absolutamente indispensável oferecer à população de São Paulo prestação jurisdicional mais ágil

conscientizados da necessidade da ampliação de cargos.

12 e 13 de maio: atuação em Brasília

A Presidente da AMATRA-SP, Sonia Lacerda, esteve em Brasília para demonstrar a parlamentares e membros do Judiciário sobre a importância do anteprojeto para a Justiça do Trabalho. Na ocasião, a magistrada se reuniu com o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-SP), Des. Antonio José Teixeira de Carvalho, e diversas outras autoridades

27 de maio: reunião com o Presidente do STF

No dia 27 de maio, a Presidente da AMATRA-SP esteve em Brasília e se reuniu com o Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, para tratar de diversas questões, entre elas a do anteprojeto de criação de cargos.

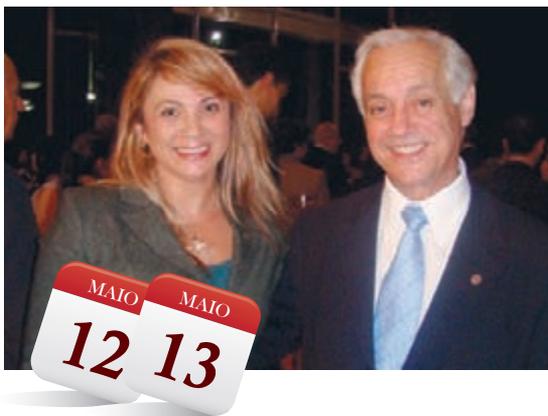
3 e 4 de junho: atuação no Congresso Nacional

Nos dias 3 e 4 de junho, a Diretoria da AMATRA-SP esteve em Brasília para visitar as principais lideranças do Congresso Nacional e, com isso, tentar imprimir mais velocidade na tramitação de projetos de interesse da Justiça do Trabalho de São Paulo.

A delegação da AMATRA-SP foi

composta pela Presidente Sonia Lacerda e pelos Diretores Anísio de Sousa Gomes, Antonio Pimenta Gonçalves, Cristina Trentini, Simone Aparecida Nunes, Luís Paulo Pasotti Valente. A comitiva ainda contou com a participação da Juíza Soraya Galassi Lambert.

Na avaliação dos magistrados, o trabalho foi repleto de êxito, afinal os parlamentares Henrique Fontana (PT/RS e líder do governo), Maurício Rands (líder do PT), Marco Maia (PT/RS), João Paulo Cunha (PT/SP) e Zenaldo Coutinho (PSDB/PA e líder da minoria) mostraram-se sensibilizados com os pedidos formulados e garantiram completo apoio, comprometendo-se a trabalhar para que os temas





sejam colocados em votação com a maior brevidade possível.

19 de junho: reunião com Presidente da AMB, Mozart Valadares

No dia 19 de junho, a Diretoria da AMATRA-SP recebeu a visita do Presidente da AMB, Juiz Mozart Valadares, para tratar de ações conjuntas entre as duas entidades.

“Nós sabemos da sua batalha em Brasília em prol das questões que interessam à Magistratura. Nós estamos juntos com a AMB e todos os que estão aqui hoje reconhecem o trabalho que a entidade tem feito”, afirmou a Presidente da AMATRA-SP, Juíza Sonia Lacerda.

Durante a visita, Mozart também falou sobre o andamento de maté-

rias que interessam à categoria no Congresso Nacional e explicou como tem sido a atuação da AMB para defender os interesses da magistratura junto a deputados e senadores.

23 de junho: reunião com Presidente da Anamatra, Juiz Cláudio José Montesso

A Presidente da AMATRA-SP, Sonia Lacerda, membros da Diretoria

e diversos Magistrados reuniram-se com o Presidente da Anamatra, Cláudio José Montesso, na sede da AMATRA-SP para tratar de temas relevantes para a Justiça do Trabalho.

Um dos tópicos da reunião foi a tramitação do anteprojeto de criação dos novos cargos no TRT-SP, que contou com o apoio explícito do Presidente da Anamatra.

AMATRA-SP

Posse da nova Diretoria consolida defesa da Justiça do Trabalho



dos Magistrados. Ele defendeu a aprovação do projeto que prevê o aumento dos quadros da Justiça do Trabalho da 2ª Região. "A voz da AMATRA-SP é a voz dos Magistrados de São Paulo", ressaltou.

A Presidente da AMATRA-SP, Sonia Lacerda, agradeceu aos Magistrados do Trabalho que depositaram em suas mãos a missão de conduzir a AMATRA-SP no biênio 2008/2010. Ela se posicionou de forma veemente contra mudanças estruturais que levem à flexibilização das leis trabalhistas e que interfiram nos direitos adquiridos pelos trabalhadores. "Não podemos permitir que sejam desfigurados os direitos trabalhistas", afirmou. 

A solenidade de posse da nova Diretoria da Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-SP), eleita para o biênio 2008/2010, ocorreu no dia 5 de maio, no 20º andar da Sede do TRT-SP.

A cerimônia contou com a participação de vários Magistrados do Trabalho e diversas autoridades, entre elas Gabriel Lopes Coutinho Filho - ex-Presidente da AMATRA-SP, Antonio José Teixeira de Carvalho - Presidente do TRT/SP, José Lucio Munhoz - Vice-Presidente da AMB, representando o Presidente da AMB, Claudio José Montesso - Presidente da Anamatra, Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT, Oksana Maria Dziura - Procuradora Chefe do MPT-SP, Estevão Mallet - representando o Presidente da OAB/SP, Pedro Ernesto Arruda Proto - representando a Presidente da AAT/SP, Fabíola Marques, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Felipe Locke Cavalcanti - Conselheiro do CNJ, Sebastião Luiz Amorim - Vice-Presidente da AMB e representando o Presidente da APAMAGIS,

Desembargador Luiz Edmundo Marrey Uint, representando a Escola Paulista de Magistratura, Erick Vinicius - Membro do MPT e Delegado Regional da ANPT, Washington Epaminondas Barra - Presidente da Associação Paulista do Ministério Público e Deputado Federal Regis de Oliveira.

"Não podemos permitir que sejam desfigurados os direitos trabalhistas"

Sonia Lacerda

Os presentes ouviram a apresentação do Hino Nacional pela Banda da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Não foram poucos os membros da Diretoria que se esforçaram para conter as lágrimas, numa demonstração

inequívoca da alegria em poder representar uma das mais importantes entidades da Magistratura do Trabalho e, ao mesmo tempo, do peso da responsabilidade correlata.

Ao Presidente do TRT-SP, Des. Antonio José Teixeira de Carvalho, coube a tarefa de dar, em nome da Magistratura do Trabalho de São Paulo, as boas-vindas à nova Diretoria eleita, ressaltando a importância da AMATRA-SP no cenário nacional.

O ex-Presidente da AMATRA-SP, Gabriel Lopes Coutinho Filho, criticou o excesso de trabalho





“A voz da AMATRA-SP é a voz dos Magistrados de São Paulo”

Gabriel Lopes Coutinho Filho

Composição da Diretoria Executiva:

- Presidente: Sonia Maria Lacerda
- Vice-Presidente: Thiago Melosi Sória
- Diretora Secretária: Líbia da Graça Pires
- Diretor Financeiro: Roni Genicolo Garcia
- Diretor Cultural: Gézio Duarte Medrado
- Diretora de Benefícios: Maria Cristinha Christianini Trentini
- Diretora Social: Liane Casarin

Comissão Disciplinar e de Prerrogativas:

Titulares

- Luiz Carlos Gomes Godoi
- Ricardo de Queiróz Telles Bellio
- Lígia do Carmo Motta

Suplentes

- Jucirema Maria Godinho Gonçalves
- José Bruno Wagner Filho
- Antonio Pimenta Gonçalves

Conselho Fiscal

Titulares

- Rogério Moreno de Oliveira
- Luís Paulo Pasotti Valente
- Rubens Tavares Aidar

Suplentes

- Mauro Schiavi
- Elza Maria Leite Romeu Basile
- Maria Aparecida Norce Furtado

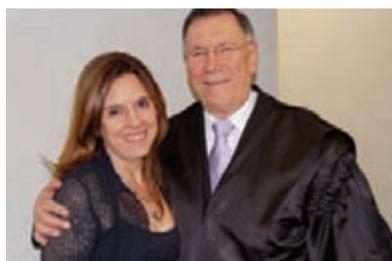


Eleição TRT-SP - Cobertura Especial

Decio Daidone é eleito Presidente

O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo - TRT-SP realizou eleições para a renovação do Corpo Diretivo para o biênio 2008/2010. Os 61 Desembargadores presentes, além de diversos Magistrados, autoridades, familiares e funcionários, ocuparam o Plenário do 20º andar do Edifício Sede.

Os momentos que antecederam a sessão foram marcados por concentração e amáveis trocas de palavras entre os candidatos aos principais cargos. O clima era de absoluta cordialidade e respeito. O Presidente Antonio José Teixeira de Carvalho ocupou seu assento, acionou a campainha e os ruídos foram substituídos por um silêncio solene. Iniciava-se, às 13h15, dia 6 de agosto de 2008, a sessão que elegeria o novo Presidente, os Vices Judicial e Administrativo, o Corregedor Regional, os membros do Órgão Especial e o Conselho Consultivo da Escola da Magistratura do TRT-SP.



Decio Sebastião Daidone é o novo Presidente

A primeira parte da sessão foi destinada à escolha do mais alto posto da Justiça do Trabalho da 2ª Região: o cargo de presidente. E ela se iniciou apenas alguns minutos após a abertura oficial, mais precisamente às 13h18.

As cédulas com os nomes dos candidatos, os Desembargadores Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, Decio Sebastião Daidone, Carlos Francisco Berardo e Anelia Li Chum foram distribuídas.

A seguir, um a um, os Desembargadores foram chamados a depositar as cédulas na urna eleitoral. O clima entre os Desembargadores e a platéia era de apreensão, demonstrando que a disputa parecia equilibrada. E foi efetivamente o que ocorreu, afinal, no primeiro escrutínio, a diferença entre o primeiro e o segundo colocado foi de apenas um voto: 23 para o Desembargador Decio e 22 para a Desembargadora Wilma.

Houve, portanto, a necessidade do segundo turno, conforme determinação regimental.

Outra vez, os Desembargadores assinalaram sua escolha na cédula e a depositaram na urna. O novo Presidente seria conhecido em

poucos minutos e a ansiedade ainda imperava. Com razão, porque a disputa foi novamente apertada.

Enquanto a oradora lia os nomes, as pessoas - no Plenário e na platéia - iam anotando e contando os votos. Quando o nome do Desembargador Decio alcançou a maioria dos votos possíveis, respeitosos estampidos de alegria ecoaram. Houve, evidentemente, a momentânea tristeza da Desembargadora Wilma, que foi percebida com muito esforço, porque em todo o decorrer da sessão a Desembargadora manteve a altivez e serenidade, fazendo jus aos 28 votos que lhe foram confiados.

Com anúncio oficial, houve uma salva de palmas ao novo Presidente, Desembargador Decio Sebastião Daidone.

Sonia Maria de Oliveira Prince Rodrigues Franzini é eleita Vice-Presidente Administrativo

A sessão prosseguiu com a escolha do futuro Vice-Presidente Administrativo. A cédula de votação foi composta pelos Desembargadores Nelson Nazar, Vania Paranhos, Sonia Maria de Oliveira Prince Rodrigues Franzini e Maria Doralice Novaes.

A Desembargadora Sonia Maria

de Oliveira Prince Rodrigues Franzini foi eleita, em primeiro turno, com 41 votos.

Nelson Nazar é o novo Vice-Presidente Judicial

Finda a escolha do cargo de Vice-Presidente Administrativo, passou-se para a eleição do novo Vice-Presidente Judicial. Concorreram ao cargo os Desembargadores Nelson Nazar, Vania Paranhos, Marcelo Freire Gonçalves e Maria Inês Moura Santos Alves da Cunha.

Exatamente às 15h00 foi iniciada a contagem dos votos. O vencedor foi o Desembargador Nelson Nazar com 46 votos, maioria absoluta e, portanto, sem a necessidade de segundo turno.

Desembargadora Laura Rossi é a nova Corregedora Regional do TRT-SP

Nova eleição. A escolha do Corregedor Regional do Tribunal Regional Trabalho da 2ª Região ocorreu no dia 6 de agosto, com início às 15h20, no Plenário da Sede do TRT-SP. A cédula de votação foi composta pelos Desembargadores Vania Paranhos, Sérgio Winnik, Laura Rossi e Maria Inês Moura Santos Alves da Cunha.

Às 15h25 foi iniciada a contagem dos votos. Como nenhum dos candidatos atingiu a maioria absoluta, fez-se, então, necessária a realização do segundo turno entre os Desembargadores Laura Rossi com 31 no primeiro escrutínio e Sérgio Winnik com 22 votos.

A seguir, os Desembargadores votaram em segundo turno, que teve como resultado final 32 votos para a Desembargadora Laura Rossi, 27 para o Desembargador Sérgio Winnik, além de um voto nulo e da Silva e um voto em branco.

Desse modo, a nova Corregedora Regional do TRT-SP para o biênio 2008-2010 é a Desembargadora Laura Rossi.



Eleição Escola da Magistratura do TRT-SP

Finalizando a sessão do Pleno do Tribunal, houve o processo de escolha dos novos integrantes da Escola da Magistratura do TRT-SP, com início às 16h35. A composição do Conselho Consultivo da EMATRA2 destina quatro vagas para Desembargador, uma vaga para Juiz Titular de Vara e uma vaga para Juiz Substituto.

Para as vagas destinadas aos Desembargadores concorreram Marcelo Freire Gonçalves, Maria Inês Moura Santos Gonçalves da Cunha, Tânia Bizarro Quirino de Moraes, Rosa Maria Zuccaro, Jane Granzoto Torres da Silva, Lillian Lygia Ortega Mazzeu, Ivani Contini Bramante e Sergio Pinto Martins.

Para a vaga destinada aos Juizes Titulares concorreram Neli Barbuy Cunha Monacci, Ricardo Verta Luduvic, Lillian Gonçalves, Manoel Antonio Ariano, Edílson Soares de Lima, Rui César Públio Borges Corrêa e Marcos Neves Fava.

Para a vaga destinada aos Juizes Substitutos concorreram Gabriel Lopes Coutinho Filho, Wilson Ricardo Buquetti e Samuel Angelini Morgero.

Foram eleitos os Desembargadores Maria Inês Moura Santos Gonçalves da Cunha (37 votos), Jane Granzoto Torres da Silva (32 votos) e Ivani Contini Bramante (31 votos).

Como houve empate entre os Desembargadores Marcelo Freire Gonçalves (30 votos) e Tânia Bizarro Quirino de Moraes (30 votos), fez-se necessário realizar o segundo turno entre eles para definir a quarta vaga reservada para Desembargador.

Em segundo turno, foi eleito o Desembargador Marcelo Freire Gonçalves com 29 votos. A Desembargadora Tânia Bizarro recebeu 23 votos e houve dois votos em branco.

Ainda em primeiro turno, foram eleitos a Juíza Titular Lillian Gonçalves (34 votos) e o Juiz Substituto Gabriel Lopes Coutinho Filho (43 votos).

A composição do Conselho Consultivo da Escola da Magistratura do TRT-SP:

Diretora:

Maria Inês Moura Santos Gonçalves da Cunha

Vice-Diretora:

Jane Granzoto Torres da Silva

Conselheiros:

Ivani Contini Bramante

Marcelo Freire Gonçalves

Lillian Gonçalves

Gabriel Lopes Coutinho Filho

Movimentação

Novos Juízes e Desembargadores no TRT-SP



O Magistratura & Trabalho acompanhou a movimentação da Carreira no Tribunal Regional da 2ª Região e traz aos leitores os novos Magistrados e Desembargadores da Justiça do Trabalho. Parabéns aos novos integrantes da Primeira e Segunda Instâncias!

18 de abril

A Magistrada Sônia Maria Forster do Amaral foi empossada como Desembargadora Federal do Trabalho, com assento no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo critério de merecimento. A medida reconhece e valoriza a trajetória de dedicação abnegada à Justiça do Trabalho.

Na mesma data foram empossados como Juízes do Trabalho Substitutos os Magistrados Elmar Troti Junior, Jefferson do Amaral Genta, Paula Lorente Ceolin e Silvio Luiz de Souza. Os Juízes foram aprovados no XXXIII Concurso Público para Ingresso na Magistratura do Trabalho.



16 de junho

No dia 16 de junho, no Gabinete da Presidência do TRT-SP, tomaram posse como Juízas do Trabalho da 2ª Região as Doutoras Priscila Duque Madeira e Adriana Paula Domingues Teixeira.

A Juíza Priscila é oriunda da 4ª Região (Rio Grande do Sul) e sua posse ocorreu por permuta com a Juíza Fabiane Martins.

Por sua vez, a Juíza Adriana Paula Domingues Teixeira, que assume a titularidade da 1ª VT de Cotia, é oriunda da 12ª Região (Santa Catarina) e sua posse se deu por permuta com o Juiz José Lúcio Munhoz.



8 de julho

No dia 8 de julho, Alessandra Junqueira Franco foi empossada no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, em vaga decorrente da remoção da Juíza Milena Casacio Ferreira Berardo para o TRT da 15ª Região.

A cerimônia foi realizada no Gabinete da Presidência do TRT-SP e contou com a presença do Presidente do TRT-SP, Antonio José Teixeira de Carvalho, da Presidente da AMATRA-SP, Sonia Maria Lacerda, do Vice-Presidente Administrativo, Delvio Buffulin, e do Desembargador Carlos Berardo, além de amigos e familiares.



Reconhecimento

Desembargadora Pellegrina é homenageada

A Desembargadora Maria Aparecida Pellegrina tornou-se uma das principais referências na Magistratura do Trabalho em nosso país. E a constatação pôde ser uma vez mais atestada em 15 de maio, quando várias personalidades se reuniram para prestar homenagens àquela que foi a primeira mulher a presidir o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Autoridades de diversos postos, pessoas que foram conquistadas pela dedicação e obstinação empregada pela Desembargadora na atividade jurisdicional e familiares que assistiram à construção de uma vitoriosa trajetória de sucesso profissional - enfim, todos participaram de um ato que buscou retribuir à homenageada um pouco do reconhecimento que a sociedade nutre por uma mulher que se tornou sinônimo de referência e vanguarda.

A Presidente da AMATRA-SP, Juíza Sonia Maria Lacerda, também lembrou com carinho a vitalidade



da magistrada: "A Desembargadora Pellegrina superou vários obstáculos em sua carreira. Com isso, ela abriu caminhos para que nós mulheres alcançássemos os mais altos postos do Judiciário. Uma verdadeira Líder, que angariou respeito por seus predicados éticos e por seu trabalho incansável".

Após ouvir palavras de incentivos dos colegas e familiares presentes ao evento, a desembargadora deixou um recado à Magistratura. "Sempre fui trabalhadora, nunca desisti das causas em que eu acreditava e não será agora, nessa nova fase da minha vida, que vou parar de lutar e de trabalhar. Se um dia eu parar, eu morro".

Participação Conselho de Aposentados ganha força na AMATRA-SP



AMATRA-SP

A Diretoria da AMATRA-SP - com objetivo de fomentar a troca de idéias, de aumentar o debate institucional e de preservar conquistas históricas - ampliará a participação dos aposentados para a definição de estratégias e formas de atuação.

Várias reuniões estão programadas, além de espaço nos veículos de comunicação e eventos.

Participe!

Mais informações com Camila e Luzia. (11) 3392 4996.

MCCANN

Estamos desenvolvendo o carro do futuro. Do design ao combustível.



Este veículo está em conformidade com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE.

2008 é um ano de duas grandes comemorações. A General Motors do Brasil celebra 83 anos de sua chegada ao país e, no dia 16 de setembro, a General Motors Corporation festeja seu primeiro centenário. 100 anos de uma história de muito sucesso que fez da GM, por 77 anos consecutivos, líder mundial na venda de veículos, mantendo-se no topo graças aos 9,369 milhões de veículos vendidos em 2007. Uma grande empresa, líder em segurança e tecnologia automotiva, que se compromete com o meio ambiente, buscando cada vez mais fontes alternativas de energia para toda a sua linha. Como é o caso do Volt, um revolucionário carro elétrico da linha Chevrolet que estará em breve à disposição dos consumidores. É esse o futuro que a GM começa a construir a partir de agora. Um futuro de empresa responsável, cidadã, como sempre foi e continuará sendo nos próximos 100 anos.

GM. 100 anos, pensando nos próximos 100.



CONTE COMIGO



CHEVROLET

Acidentes do Trabalho e Saúde Ocupacional

Seminário Nacional é um sucesso!

Evento co-organizado pela AMATRA-SP reúne mais de mil participantes

Temas complexos e repletos de polêmicas, que possuem implicações em diversas áreas do conhecimento humano, as questões dos acidentes do trabalho e a da saúde ocupacional poderiam ser tratadas como um tabu. Poderiam, mas não foram. Basta olhar o enorme êxito do Seminário Nacional, realizado entre os dias 13 e 15 de agosto no Espaço Hakka, em São Paulo. E isso, de maneira cabal, mostra o compromisso da Magistratura do Trabalho com a sociedade que a cerca: uma Justiça vigilante e em perfeita sintonia com as aspirações dos cidadãos.

Visão multidisciplinar

Compreender as causas e os efeitos da saúde ocupacional e dos acidentes de trabalho exige olhar diferenciado. Antes de propor soluções e meios de prevenção, é preciso observar, antecipar e debater com vários especialistas, de diversas áreas de atuação. E foi assim que a AMATRA-SP, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra, Escola da Magistratura da 2ª



Região, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT, Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas - Abrat e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB estruturaram o Seminário Nacional. Os resultados? Mais de mil participantes em busca de respostas às complexas questões que as antigas e novas formas laborais apresentam para os trabalhadores.

Perdas que suplantam o aspecto econômico

A Presidente da AMATRA-SP, Sonia Maria Lacerda, resumiu a importância do evento logo em sua abertura: "Debater acidentes de trabalho e adoecimento ocupacional é enfrentar um problema de grande magnitude". E isso é absolutamente certo. Afinal, bem mais do que os gravíssimos

reflexos econômicos, há os sociais e os individuais, com milhares de pessoas e núcleos familiares destruídos ou passando por dificuldades extremas, nos campos médico, jurídico, psicológico e outros.

Reunir médicos, terapeutas, magistrados, advogados, professores e outros especialistas fomentou discussões sob diversos prismas, trazendo elementos que superaram - e muito



"O evento foi uma inédita associação de entidades como forma de estabelecer discussões e tirar conclusões sobre as formas de atuação mais efetivas para a Justiça do Trabalho"





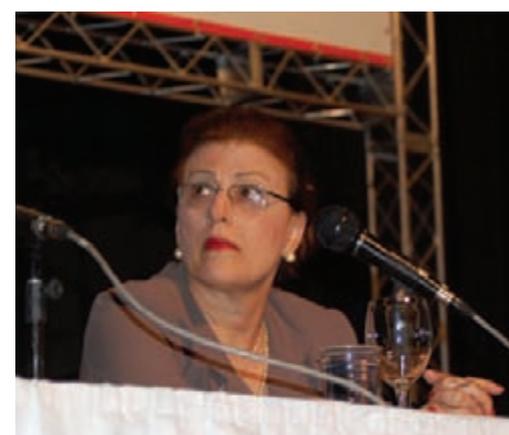
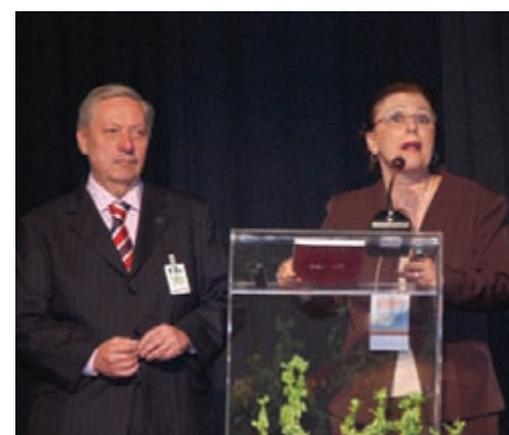
- as expectativas dos organizadores. "O evento foi uma inédita associação de entidades como forma de estabelecer discussões e tirar conclusões sobre as formas de atuação mais efetivas para a Justiça do Trabalho", afirmou o presidente da Anamatra, Cláudio José Montesso, na solenidade de abertura do evento. Para o magistrado, a Justiça do Trabalho tem se desdobrado de for-

ma mais célere e eficaz do que a Justiça Comum nos conflitos envolvendo adoecimento ocupacional, porém ainda precisa de aprimoramento. Para a diretora de ensino e cultura da Anamatra, Fátima Stern, que esteve à frente da organização do Seminário, "o evento foi um marco importante no sentido da efetivação dos direitos dos trabalhadores, tratando do que lhes é

mais caro - a saúde e a vida".

Assuntos sensíveis como "a integridade do homem e os direitos fundamentais", "fundamentos da evolução da responsabilidade civil", "entraves na concessão de benefícios previdenciários", "LER/DORT", "acidentes mecânicos", "perda auditiva", "doenças psicológicas", "fixação para indenização por acidentes e doenças do trabalho", "fiscalização do trabalho e infortúnio", "questões processuais" e "teoria do risco e acidente" foram debatidos por uma equipe multidisciplinar - que reuniu magistrados, advogados, médicos e outros especialistas - e sob vários enfoques.

Trajetos para a resolução dos problemas foram apontados, várias outras questões ainda aguardam respostas. Há, porém, uma certeza: o diálogo é o caminho mais eficiente para enfrentar os problemas dos Acidentes do Trabalho e da Saúde Ocupacional.



"O evento foi um marco importante no sentido da efetivação dos direitos dos trabalhadores, tratando do que lhes é mais caro - a saúde e a vida".

Corregedoria-Geral

Oreste Dalazen visita AMATRA-SP

O Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen, esteve na sede da AMATRA-SP no dia 15 de abril para uma reunião informal com a Presidente Sonia Lacerda e com vários Magistrados do Trabalho.

O Ministro, que estava em São Paulo seguindo roteiro de corréições por todo o país, encontrou tempo para ouvir os anseios dos Juizes e Desembargadores do TRT-SP e reuniu isso às observações que foram e serão colhidas junto aos Magistrados de todo o País.

Na reunião, o Ministro Dalazen recomendou que os Magistrados abandonem o pensamento de que “é errado Juiz fazer cálculo” e sugeriu que as minutas das sentenças sejam encaminhadas eletronicamente para os contadores.

Lembrou, ainda, sobre os processos de execução e solicitou maior atenção dos Juizes para evitar que os valores de contas executadas não

fiquem bloqueados em instituições bancárias tempo além do estritamente necessário.

Os Magistrados trabalhistas do TRT-SP aproveitaram o ensejo para relatar as condições de trabalho, em

O Ministro Dalazen ouviu atentamente os reclamos e se prontificou a acelerar o envio de mais recursos para a 2ª Região

especial da carência de recursos e de pessoal, principalmente de Magistrados. Ressaltaram também sobre o excesso de demandas que são ajuizadas diariamente, tornando as condições de aplicação da Justiça extremamente difíceis. Coube à Presidente da AMATRA-SP, Juíza Sonia Lacerda, sintetizar o

pensamento dos presentes: “Os Juizes da 2ª Região são submetidos a uma carga de trabalho absolutamente desumana. Some-se a esse fator, a absoluta falta de estrutura e de pessoal. É preciso investir nessas áreas nevrálgicas e, assim, melhorar os serviços aos jurisdicionados”.

O grupo de Magistrados apontou possíveis formas de solucionar o problema, dentre elas a adoção de



um auxiliar permanente, que seria acionado sempre que houvesse acúmulo de trabalho em determinado grupo de Varas. O Ministro Dalazen ouviu atentamente os reclamos e se prontificou a acelerar o envio de mais recursos para a 2ª Região, além de explicitar o apoio aos projetos que visam melhorar as condições de trabalho dos Magistrados, em especial o que cria 141 novos cargos.

e recomendou à Administração do Tribunal que a matéria fosse regulamentada em 45 dias. Nas palavras do Corregedor-Geral adotar tais critérios é “providência basilar para a observância dos princípios constitucionais da impessoalidade e da eficiência, além de se alcançar a desejável transparência na prática dos atos administrativos”.

Juizes substitutos

A reunião se encerrou com o recebimento, por parte do Ministro Dalazen, do requerimento da AMATRA-SP com o escopo de que sejam fixados critérios objetivos para a designação de Juizes substitutos. O pedido foi instruído com cópia dos pleitos encaminhados ao TRT-SP para a criação desses parâmetros e ressaltando a realização de diversos encontros e assembléias para discutir o tema.

Também foi entregue ao Corregedor-Geral abaixo-assinado que requer a criação dos critérios objetivos e de cargos de Juizes auxiliares permanentes.

Resultados

Em 18 de abril, em sessão realizada no TRT-SP, o Ministro Dalazen mencionou o requerimento apresentado pela Diretoria da AMATRA-SP

Resolução do TRT-SP

A direção do TRT-SP havia publicado a Resolução GP/CR 01/2007 sobre a implantação do sistema de circunscrições e pagamentos de diárias aos Juizes substitutos. Entretanto, o documento não regulamentou como os Juizes deveriam ser designados, fato que levou à suspensão da Resolução em duas oportunidades, conforme requerimentos oriundos da AMATRA-SP e aprovados em assembléias.

A Corregedoria do TRT-SP ofertou proposta para buscar a solução da questão, com sugestão de prazo para a implantação de critérios objetivos. Não houve, entretanto, apreciação do pedido pela Presidência.

Nesse sentido, o encaminhamento do Ministro Dalazen foi fato de grande magnitude e seu acolhimento seguramente redundará em mais celeridade na prestação jurisdicional da Justiça do Trabalho de São Paulo.



Inovação

V Innovare é lançado em São Paulo

O V Prêmio Innovare, *a Justiça do Século XXI*, foi lançado no dia 16 de junho, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo (SP).

Compareceram à cerimônia a Presidente da AMATRA-SP, Juíza Sonia Lacerda; a Presidente do TRF3, Des. Marli Ferreira; o Presidente da AMB, Mozart Valadares; o ex-Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, Membro do Conselho Superior do Instituto Innovare; a Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Andrea Pachá; os Membros da Comissão Julgadora: Ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça, o Presidente das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho, e o Presidente da APAMAGIS, Des. Henrique Nelson Calandra, entre outras autoridades.

Regina Maria Vasconcelos Dubu-

gras, Juíza do Trabalho e associada da AMATRA-SP, foi uma das vencedoras da 3ª edição do Prêmio, pelo brilhante trabalho desenvolvido sobre o tema "Execuções Plúrimas".

Essa 5ª edição do Prêmio Innovare teve como tema *Justiça para todos - Democratização do acesso à Justiça: Meios alternativos de resolução de conflitos*.

As práticas inscritas serão averiguadas por consultores especializados e julgadas posteriormente por personalidades do mundo jurídico, acadêmico e empresarial que integram a Comissão Julgadora, incluindo também cientistas políticos, jornalistas e representantes da sociedade brasileira.

A premiação valorizará práticas que, no âmbito do tema, revertem-se em benefício direto da população. 



A associada da AMATRA-SP, Juíza Regina Dubugras, foi uma das vencedoras da 3ª edição do Prêmio, com o trabalho "Execuções Plúrimas"



AMATRA-SP, ANAMATRA e AMB contra o trabalho escravo

“ Não é possível, em pleno século XXI, conviver com prática tão nefasta”, com essas palavras a Presidente da AMATRA-SP resumi o sentimento dos Magistrados do Trabalho de São Paulo e de várias entidades que lutam pelo fim do trabalho escravo em nosso país.

A mobilização de entidades, organismos nacionais e internacionais e população tem como escopo mostrar a importância de legislação forte, eficiente e apta a combater uma das mazelas mais degradantes que teimam em perdurar nas relações trabalhistas. Nesse sentido, a aprovação, em segundo turno, da Proposta



de Emenda à Constituição (PEC) nº 438/01, que estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração de trabalhadores em condições análogas às de escravo, é mecanismo que deve ser apoiado.

Circularam pelos corredores do Congresso autoridades e cidadãos - integrantes do Movimento pela Aprovação da PEC 438 e pela Erradicação do Trabalho Escravo - munidos de vários documentos e de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas. 

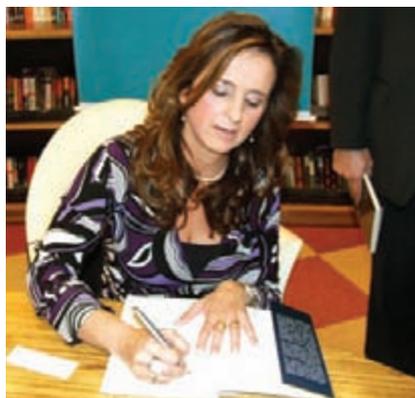
“ Não é possível, em pleno século XXI, conviver com prática tão nefasta”

Ultratividade das Cláusulas Normativas

A Juíza do Trabalho Lilian Gonçalves, em concorrido evento realizado no dia 30 de junho, lançou o livro *“Ultratividade das Cláusulas Normativas”*, editado pela LTR.

O lançamento, que contou com diversas personalidades e autoridades, ocorreu na Livraria Cultura do Conjunto Nacional.

A Presidente da AMATRA-SP, Juíza Sonia Lacerda, comentou sobre a importância da obra: “O tema, de inegável importância, assume ainda mais destaque porque é tratado por uma pessoa com a qualidade técnica da Doutora Lilian. Sinto-me honrada em ser sua colega e amiga”. 



Carta de Manaus revaloriza Justiça do Trabalho

O XIV Conamat, realizado entre os dias 29 de abril e 2 de maio, mostrou a importância da Magistratura do Trabalho para a evolução do Estado Democrático de Direito. A troca de ideias e o aprimoramento institucional trouxeram novas perspectivas aos Juízes e Desembargadores do Trabalho de todas as regiões do país.

Os Magistrados de São Paulo, sob a coordenação da AMATRA-SP, fizeram-se presentes, colaborando para o engrandecimento do evento e com propostas para melhorar a prestação jurisdicional. Ao final dos trabalhos, houve a Carta de Manaus. 



Carta de Manaus

Os Juízes do Trabalho, reunidos no XIV CONAMAT (Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), na cidade de Manaus, Amazonas, em sessão plenária:

1. Afirmam a centralidade do princípio da dignidade da pessoa humana como fonte da interpretação da ordem jurídica;
2. Rejeitam todas e quaisquer reformas tendentes à desregulamentação e à precarização das relações de trabalho;
3. Defendem a necessidade da conservação de um meio ambiente de ampla integração e harmonia entre a natureza, o homem e os meios de produção, respeitando-se os limites do progresso e a preservação dos recursos naturais, patrimônio que pertence não somente aos que hoje deles desfrutam, mas principalmente às gerações futuras;
4. Reconhecem que o direito a um meio ambiente de trabalho saudável e seguro se constitui em direito fundamental do trabalhador, assegurado pela Constituição Federal;
5. Sustentam que a relação entre o trabalhador e o seu meio ambiente de trabalho deve ser examinada pelo primado da prevenção aos riscos ambientais e não pela monetarização desses riscos, prestigiando-se, portanto, o preceito fundamental da dignidade da pessoa humana;
6. Propõem a instituição de um código brasileiro de segurança, saúde e meio ambiente do trabalho, objetivando sistematizar e normatizar os princípios constitucionais a respeito do tema;
7. Sugerem a inclusão da disciplina referente à segurança, saúde e meio ambiente do trabalho em todos os níveis de ensino do país;
8. Defendem o benefício de tramitação processual preferencial nas ações judiciais envolvendo acidente de trabalho que tenha resultado em morte ou incapacidade permanente total;
9. Defendem a possibilidade da adoção de ações afirmativas pela Justiça do Trabalho na concretização do objetivo da República brasileira de redução das desigualdades regionais;
10. Ressaltam a importância de efetividade das tutelas jurisdicionais como expressão da cidadania e da realização dos valores fundamentais da pessoa humana;
11. Defendem a aplicação da Convenção n. 158, da Organização Internacional do Trabalho, como fator de justiça social e de democracia nas relações entre o capital e o trabalho;
12. Reafirmam a necessidade de efetividade da ampliação da competência da Justiça do Trabalho conferida pelo constituinte derivado, conforme dispõe a nova redação do art. 114 da Constituição Federal.

Manaus, 02 de maio de 2008.

Adriana Zawada Melo é homenageada

Então Presidente do TRT-SP, Des. Antonio José Teixeira de Carvalho, entregou no dia 4 de abril a comenda da Ordem do Mérito Judiciário à Procuradora-Chefe da Procuradoria Geral da República no Estado de São Paulo, Adriana Zawada Melo.

Adriana Zawada Melo é doutora em Direito do Estado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco e ministra aulas no Curso de Pós-Graduação da FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado). 

Presidente da AMATRA-SP participa de reunião no CSJT



A Presidente da AMATRA-SP, Juíza Sonia Lacerda, esteve em Brasília no dia 27 de junho de 2008 para acompanhar o encaminhamento das diferenças PAE (Parcela Autônoma de Equivalência) em virtude dos reflexos do auxílio-moradia. 

AMATRA-SP luta por direitos dos associados

TRTSP

No dia 23 de junho, a Presidente da AMATRA-SP, Juíza Sonia Lacerda, se reuniu com o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargador Antonio José Teixeira de Carvalho, para discutir sobre o pagamento dos ATS. O Presidente da Anamatra, Cláudio Montesso, também participou do encontro e trouxe elementos importantes sobre a questão. 

Anamatra promove Encontro Nacional de Prerrogativas

No dia 29 de julho, a Anamatra promoveu, em Brasília, o 1º Encontro Nacional de Prerrogativas, ocasião em que presidentes de AMATRAS e Diretores de Prerrogativas das entidades regionais discutiram as experiências de cada Região e traçaram metas conjuntas com a Anamatra para atuação na área de prerrogativas.

A AMATRA-SP esteve representada no encontro pelos Diretores de Prerrogativas Ricardo de Queiróz Telles Bellio e Antonio Pimenta Gonçalves. 

AMATRA-SP mostra a importância do Judiciário para o Legislativo



A Diretoria da AMATRA-SP esteve em Brasília entre os dias 3 e 4 de junho para visitar as principais lideranças do Congresso Nacional e, com isso, tentar imprimir mais velocidade na tramitação de projetos de interesse da Justiça do Trabalho de São Paulo.

A delegação da AMATRA-SP foi composta pela presidente Sonia Maria Lacerda e pelos Diretores Anísio de Sousa Gomes, Antonio Pimenta Gonçalves, Cristina Trentini, Simone Aparecida Nunes e Luís Paulo Pasotti Valente. A comitiva ainda contou com a participação da Juíza Soraya Galassi Lambert.

Na avaliação dos magistrados, o trabalho foi repleto de êxito, afinal os parlamentares Henrique Fontana (PT/RS e líder do governo), Maurício Rands (líder do PT), Marco Maia (PT/RS), João Paulo Cunha (PT/SP) e Zenaldo Coutinho (PSDB/PA e líder da minoria) mostraram-se sensibilizados com os pedidos formulados e garantiram

completo apoio, comprometendo-se a trabalhar para que os temas sejam colocados em votação com a maior brevidade possível.

Além dos pleitos atinentes à situação atual da Magistratura do

“(...)Trabalharemos incansavelmente pela erradicação do trabalho escravo no Brasil. No entanto, sem juízes em número adequado, a missão se torna praticamente impossível”

Trabalho, a Diretoria da AMATRA-SP participou de evento que marca o combate ao trabalho escravo, realizado no dia 4 de junho, com as presenças de diversas autoridades, destacando-se as do Presidente da Anamatra, Juiz Cláudio José Montesso, e as do Presidente e Vice da AMB, Mozart Valadares e José Lúcio Munhoz.

Sobre as visitas realizadas e o evento, a presidente da AMATRA-SP, Sonia Maria Lacerda, afirmou que “a mobilização da Magistratura do Trabalho é essencial para mostrar aos parlamentares a importância do segmento. Trabalharemos incansavelmente pela erradicação do trabalho escravo no Brasil. No entanto, sem juízes em número adequado a missão se torna praticamente impossível”. 



AMATRA-SP se posiciona contra a PEC dos 75 anos

A Diretoria da AMATRA-SP, ao lado de várias entidades ligadas à Magistratura - como Anamatra, AMB e Ajufe - e do funcionalismo público, colocou-se de forma enérgica contra a PEC 457/2005, que posterga a aposentadoria compulsória para os 75 anos de idade.

Para a Presidente da AMATRA-SP, Juíza Sonia Lacerda, a medida “traz inequívocos prejuízos à Magistratura e ao Ministério Público, na medida em que impede a saudável renovação das Cúpulas desses órgãos”.

Houve, em especial no mês de maio de 2008, constante mobilização junto ao Congresso Nacional, em audiências com os parlamentares para mostrar os efeitos nocivos decorrentes da pretendida ampliação, em especial nas Carreiras Jurídicas do Estado. 

Lançamento do livro Curso de Direito Processual do Trabalho

Em comemoração ao lançamento do livro Curso de Direito Processual do Trabalho, de vários autores sob a coordenação do Doutor J. Hamilton Bueno, foi realizada no dia 4 de abril uma palestra no auditório do Fórum Ruy Barbosa.

A obra, de grande relevância no cenário jurídico nacional, traz uma homenagem ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Pedro Paulo Teixeira Manus e reúne grandes expoentes como Amador Paes de Almeida, Amauri Mascaro do Nascimento, Bruno Freire e Silva, Carlos H. Bezerra Leite, Carlos Roberto Husek, César Machado Júnior, Eraldo Teixeira Ribeiro, Estêvão Mallet, Georgenor de S. Franco Filho, Gerson Lacerda Pistori, Ivani Contini Bramante, J. Hamilton Bueno, Jorge Luiz Souto Maior, José A. Dallegrove Neto, Marco Antônio Villatore, Rodolfo Pamplona Filho, Roland Hasson, Sergio Pinto Martins, Sérgio Seiji Shimura e Suely Ester Gitelman.

A publicação, da Editora LTR, é recomendada por vários juristas, em especial os que se dedicam ao estudo do Processo do Trabalho. 



Participe dos Jogos Nacionais da Anamatra no Rio de Janeiro



Programação*

30 de outubro (quinta-feira)

19h00 - Sorteio das chaves - Hotel Pestana

31 de outubro (sexta-feira)

7h - Corrida rústica (5.000 metros) - Forte da Urca

8h às 18h - Partidas de tênis e futebol

8h às 17h - Natação

8h às 18h - Xadrez, dominó e tênis de mesa

1º de novembro (sábado)

7h - Corrida rústica (10.000 metros) - Lagoa Rodrigo de Freitas

8h às 18h - Partidas de tênis e futebol

8h às 17h - Natação

8h às 18h - Xadrez, dominó e tênis de mesa

2 de novembro (domingo)

8h às 12h - Partidas finais de tênis e futebol - Forte da Urca

* Programação sujeita a alteração. Os horários das partidas serão estabelecidos posteriormente e divulgados aos participantes.

O Rio de Janeiro será o palco dos Jogos Nacionais da Anamatra.

Entre os dias 30 de outubro e 2 de novembro de 2008, a Cidade Maravilhosa receberá Magistrados do Trabalho de todo o país, que disputarão os já tradicionais Jogos Nacionais da Anamatra.

As equipes da AMATRA-SP estão se preparando para trazer os tro-

féus e medalhas para São Paulo.

Participe!

Modalidades: Futebol society, tênis individual, corrida rústica (5.000 e 10.000 metros), tênis de mesa individual, dominó duplas, natação nado livre (50, 100, 200 e 400 metros), xadrez e vôlei de praia duplas.

Congresso Internacional da Anamatra



As cidades alemãs de Frankfurt, Karlsruhe, Erfurt e Berlim sediarão, entre os dias 13 a 17 de outubro, a 5ª Edição do Congresso Internacional da Anamatra.

Com o objetivo de aprofundar os conhecimentos jurídicos dos associados, a AMATRA-SP realizou sorteio entre os interessados em participar do prestigiado evento.

Associados sorteados

O sorteio, realizado na sede da AMATRA-SP, contou com a presença da Presidente Sonia Lacerda, da Diretora Líbia da Graça Pires e

também com a ajuda da associada Carolina Menino Ribeiro da Luz Pacifico, além da presença dos associados Carlos Moreira de Luca, Leticia Neto Amaral e Daniel Rocha Mendes. Foram contemplados os seguintes inscritos:

Titulares

Thais Verrastro de Almeida
Willy Santilli
Daniel Rocha Mendes
Lilian Gonçalves
Maria Cristina Christianini Trentini
Marina Junqueira Netto de Azevedo Barros
Jucirema Maria Godinho Gonçalves
Thiago Melosi Sória
Libia da Graça Pires
Dóris Ribeiro Torres Prina

Suplentes

Hamilton Ernesto A. R. Proto
Lúcio Pereira de Souza
Pedro Alexandre de Araújo Gomes
Gézio Duarte Medrado
Beatriz de Lima Pereira
Leticia Neto Amaral
Claudia Zerati
José Eduardo Olivé Malhadas
Luciana Carla Corrêa Bertocco
Lizete Belido Barreto Rocha

Comandatuba receberá os Magistrados do Trabalho no XXIV Encontro Anual da AMATRA



AMATRA-SP, que esse ano tem como palco o paradisíaco Hotel Transamérica de Comandatuba.

As inscrições se iniciaram em julho e as vagas (pocas!) remanescentes serão preenchidas por ordem de chegada. Corra, inscreva-se e participe!

Mais informações pelo site www.amatra2.org.br ou com Camila e Luzia, pelos telefones (11) 3392 4996 e 3392 4997.

“Efetividade do Processo: uma visão humanística”. Em torno deste tema girarão as discussões e debates dos Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT-SP no XXIV Encontro Anual da



Vania Paranhos é agraciada com Comenda da Ordem do Mérito Judiciário



Arquivo pessoal



A Desembargadora Vania Paranhos recebeu, no dia 11 de agosto de 2008, um dos mais importantes reconhecimentos por seus relevantes trabalhos prestados ao Judiciário do País: a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

A edição desse ano agraciou 36 personalidades, entre elas o Presi-

dente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves, o Bispo Tomás Balduino, o compositor Paulinho da Viola e a atriz Lucélia Santos.

A Presidente da AMATRA-SP, presente ao evento, destacou a importância da homenagem e da

“O fato da Doutora Vania ser agraciada com a comenda revigora a nossa carreira, na medida em que todos nós a temos como referência de retidão, de caráter e de capacidade”

homenageada: “A Desembargadora Vania é referência nacional e internacional pelo exímio conhecimento jurídico. O fato da Doutora Vania ser agraciada com a comenda revigora toda a nossa carreira, na medida em que todos nós a temos como referência de retidão, de caráter e de capacidade”.

Ministro José Luciano Coutinho profere palestra



1988-2008

Com a palestra intitulada “Os 20 anos da Constituição Federal e o Direito do Trabalho”, o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Doutor José Luciano de Castilho Pereira, abriu, às 18h30, do dia 26 de maio, o Ciclo de Palestras sobre Direitos Sociais na Constituição Federal.

A Carta Magna é considerada por muitos juristas uma das mais avançadas do mundo e o desafio de implementar os comandos nela erigidos é de todos os operadores de Direito.

A palestra ocorreu no auditório do Fórum Ruy Barbosa, com iniciativa da Escola da Magistratura do TRT-SP.

ANPT homenageia Des. Marcelo Freire

O XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho, realizado entre os dias 10 e 13 de abril, em Brasília, prestou justa homenagem ao Desembargador do TRT-SP Marcelo Freire Gonçalves.

Marcelo Freire fez parte da primeira turma dos Procuradores do Trabalho e possui vários amigos e colegas nos mais altos cargos do Ministério Público do Trabalho.

O Congresso foi focado nos 20 anos da Constituição Federal e, para tanto, a ANPT convidou personalidades do mundo político e jurídico que se dedicaram a encontrar problemas e apontar soluções para a escoreita aplicação da Carta Magna.



Marcelo Freire fez parte da primeira turma dos Procuradores do Trabalho

Jornada de Modernização: TRT-SP busca mais eficiência



O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em São Paulo, realizou, entre os dias 20 e 22 de agosto, palestras com Magistrados e servidores e com renomados profissionais do meio empresarial, como Max Gehringer, Waldez Ludwig e Leila Navarro. O evento teve o objetivo de modernizar os procedimentos e implementar ações em prol da celeridade processual, além de

valorizar seu corpo funcional, motivando-o e aprimorando-o.

A importância do evento ficou evidenciada na exposição do secretário-geral da Presidência, Antonio Ernani Pedrosa Calhao, ao afirmar que “em breve, o TRT da 2ª Região terá o dobro do seu número de servidores e Magistrados”.

“(...) o TRT da 2ª Região terá o dobro do seu número de servidores e Magistrados”

Segundo Antonio Ernani, o número de servidores, hoje de 3.500, passará para 7 mil e de Magistrados passará de 400 para 700.

Recentes alterações legislativas e decisões mais importantes dos tribunais

Cargos na Justiça do Trabalho

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho uniformizou a denominação dos cargos na Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau (Resolução nº 47/2008, DJU de 07-04-2008, págs. 104 a 107).

Desse modo, os cargos de provimento efetivo são:

- 1 - analista judiciário;
- 2 - técnico judiciário;
- 3 - auxiliar judiciário.

Tais cargos são divididos em 3 (três) áreas de atividade:

- 1 - área judiciária, compreendendo os serviços realizados privativamente por bacharéis em Direito, pertencentes à carreira de analista judiciário, abrangendo processamento dos feitos, execução de mandados, análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito bem como elaboração de pareceres jurídicos;
- 2 - área administrativa, compreendendo os serviços relacionados com recursos humanos, material e patrimônio, licitações e contratos, orçamento e finanças, controle interno e auditoria, segurança e transporte e outras atividades complementares de apoio administrativo;
- 3 - área de apoio especializado, compreendendo os serviços para a execução dos quais se exige dos titulares o devido registro no Órgão fiscalizador do exercício da profissão ou o domínio de habilidades específicas, a critério da Administração. 

Regimento Interno do TST

O Tribunal Superior do Trabalho editou novo Regimento Interno (Resolução Administrativa nº 1295/2008, DJU 09-05-2008, págs. 20 a 30).

Dentre as suas previsões, destacam-se as atribuições do Ministro Presidente (artigo 35), como:

- 1 - enviar ao Congresso Nacional, após aprovação pelo Órgão Especial, projetos de lei de interesse da Justiça do Trabalho em matéria de sua competência constitucional;
 - 2 - solicitar aos Órgãos fazendários a liberação do numerário correspondente às dotações orçamentárias.
- Por outro lado, foi previsto que são órgãos do Tribunal Superior do Trabalho (artigo 59, *caput*):

- 1 - Tribunal Pleno;
- 2 - Órgão Especial;
- 3 - Seção Especializada em Dissídios Coletivos;
- 4 - Seção Especializada em Dissídios Individuais, dividida em duas subseções; e
- 5 - Turmas.

Igualmente, foi previsto que são órgãos que funcionam junto ao Tribunal Superior do Trabalho (artigo 59, parágrafo único):

- 1 - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT;
- 2 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

A ENAMAT possui autonomia administrativa, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira, na forma dos seus estatutos (artigo 73).

O CSJT possui autonomia administrativa, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho, de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema (artigo 75).

Dispôs-se que a jurisprudência do TST será divulgada pelas seguintes publicações (artigo 174):

- 1 - Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho ou Diário da Justiça da União;
- 2 - Revista do Tribunal Superior do Trabalho;
- 3 - periódicos autorizados, mediante registro; e
- 4 - sítio do Tribunal Superior do Trabalho na *internet*.

São repositórios autorizados para indicação de julgados perante o TST os repertórios, revistas e periódicos registrados de conformidade com o ato normativo editado pela Presidência, além do sítio do Tribunal Superior do Trabalho na *internet*.

Ainda normatizou-se que cabe recurso ordinário para o TST das decisões definitivas proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em processos de sua competência originária, no prazo legal, contado da publicação do acórdão ou de sua conclusão no órgão oficial (artigo 224). Assim, é cabível recurso ordinário em:

- 1 - ação anulatória;
- 2 - ação cautelar;
- 3 - ação declaratória;
- 4 - agravo regimental;
- 5 - ação rescisória;
- 6 - dissídio coletivo;
- 7 - *habeas corpus*;
- 8 - *habeas data*; e
- 9 - mandado de segurança. 

Súmulas vinculantes do STF

O Supremo Tribunal Federal editou diversas Súmulas Vinculantes, com repercussão na Justiça do Trabalho:

a) Súmula Vinculante nº 1:

Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela lei complementar 110/2001.

b) Súmula Vinculante nº 3:

Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

c) Súmula Vinculante nº 4:

Salvo nos casos previstos na constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

d) Súmula Vinculante nº 5:

A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

e) Súmula Vinculante nº 6:

Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

f) Súmula Vinculante nº 10:

Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte. 

Súmulas do TST

Conforme já mostrado, o Tribunal Superior do Trabalho mudou a sua jurisprudência. Os antigos "Enunciados" passaram agora a ser chamados de "Súmulas". E houve mudança em vários conteúdos.

Tem-se atualmente:

- 1 - Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho;
- 2 - Orientação Jurisprudencial do Tribunal Pleno;
- 3 - Orientação Jurisprudencial da Seção de Dissídios Individuais 1;
- 4 - Orientação Jurisprudencial da Seção de Dissídios Individuais 1 - Transitória;
- 5 - Orientação Jurisprudencial da Seção de Dissídios Individuais 2;
- 6 - Orientação Jurisprudencial da Seção de Dissídios Coletivos;
- 7 - Precedentes Normativos.

As "Súmulas" são diretrizes aplicáveis aos julgamentos, sendo resumo geral da jurisprudência. As "Orientações Jurisprudenciais" são resumos da jurisprudência principal das Seções Especializadas do Tribunal. E os "Precedentes Normativos" são normas e condições de trabalho acolhidas nos dissídios coletivos (Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho).

As principais mudanças foram:

a) Súmula nº 228: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO.

A partir de 9 de maio de 2008, data da publicação da Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal, o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo.

A mesma resolução que altera a Súmula nº 228 ainda cancela a Súmula nº 17 e a Orientação Jurisprudencial nº 02 da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) e confere nova redação à Orientação Jurisprudencial nº 47 da SDI-1, nos seguintes termos:

b) OJ nº 47 da SDI-1: HORA EXTRA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO.

A base de cálculo da hora extra é o resultado da soma do salário contratual mais o adicional de insalubridade.

Entretanto, o STF posteriormente suspendeu o entendimento do TST, não permitindo a substituição do salário mínimo pelo salário básico (reclamações 6.266, 6.275 e 6.277). 

Paulo Kim Barbosa

Juiz Titular da 30ª Vara do Trabalho de São Paulo, bacharel pela USP, mestre pela PUC-SP e professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.